



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 148

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 14 DE NOVEMBRO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Democratas Plauto Miró
PT Elton Welter
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
PTB Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN Dr. Batista
Bloco PSB/PR/PRB/PV Reni Pereira

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 148

135ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva..... 02

Presenças..... 02

Abertura da Sessão 02

Expediente:

Indicações 03

Requerimentos 03

Projetos de Leis..... 06

Pequeno Expediente:

Dep. Jocelito Canto..... 07

Dep. Pastor Edson Praczyk..... 07

Dep. Tadeu Veneri..... 09

Horário das Lideranças:

Liderança do Bloco PSB/PR/PRB/PV

Dep. Pastor Edson Praczyk.....08

Liderança do PSDB

Dep. Valdir Rossoni 10

Liderança do PMDB

Dep. Caíto Quintana 12

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 13

Discussão/Votação

Redação Final 14

3ª Discussão 14

2ª Discussão 15

1ª Discussão 15

Requerimentos 15

Encerramento da Sessão 16

Publicações:

Atas de Comissão

Constituição e Justiça 17

DIÁRIO Nº 148

135ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 135ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

14 DE NOVEMBRO DE 2007

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência da Sra. Deputada Luciana Rafagnin, secretariada pelos Srs. Deputados Edgar Bueno e Edson Strapasson.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Chico Noroeste, Antonio Belinati, Artagão

Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Luiz Claudio Romaneli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Marcelo Rangel, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (37).

Ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Ademar Traiano, Carlos Simões, Dobrandino da Silva, Dr. Batista, Fábio Camargo, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Ribas Carli Filho e Stephanes Júnior (14).

Ausentes com justificativas a Sra. Deputada Cida Borghetti e os Srs. Deputados: Francisco Bühner e Mamede (03).

Verificada a existência de número legal, a Sra. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

A SRA. PRESIDENTE (**Luciana Rafagnin**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:***Indicações*****INDICAÇÃO Nº 362/07****SÚMULA:**

Propõe a execução de obras de melhorias na sinalização na pista de rolamento da rodovia que liga o município de Terra Boa até o trevo de Malú.

Ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Propõe a execução de obras de melhorias na sinalização na pista de rolamento da rodovia que liga o município de Terra Boa até o trevo de Malú;

II - É de conhecimento de todo o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas;

III - Neste sentido nos foi encaminhado o pedido do Presidente do PPS do município de Terra Boa, justificando que o trecho em destaque carece, com grande urgência, de obras de reparos e incrementos de sua sinalização pois o Governo Estadual fez o recapeamento parcial e tapa-buracos nesse trecho, porém não os sinalizou adequadamente e nas condições que se encontra a pista oferece risco elevado de ocorrência de acidente.

IV - A sinalização pretendida representará de forma bastante significativa a melhoria das condições da população local e beneficiando também vários municípios da região.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 14.11.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 363/07**SÚMULA:**

Propõe a execução de obras de melhorias na sinalização na pista de rolamento da rodovia que liga o município de Cianorte até o trevo do município de Engenheiro Beltrão.

Ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Propõe a execução de obras de melhorias na sinalização na pista de rolamento da rodovia que liga o município de Cianorte até o trevo do município de Engenheiro Beltrão, passando por Terra Boa;

II - É de conhecimento de todo o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas;

III - Neste sentido nos foi encaminhado o pedido do Presidente do PPS do município de Terra Boa, justificando que o trecho em destaque carece, com grande urgência, de obras de reparos e incrementos de sua sinalização pois o Governo Estadual fez o recapeamento parcial e tapa-buracos nesse trecho, porém não os sinalizou adequadamente e nas condições que se encontra a pista oferece risco elevado de ocorrência de acidente.

IV - A sinalização pretendida representará de forma bastante significativa a melhoria das condições da população local e beneficiando também vários municípios da região.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 14.11.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

Requerimentos**REQUERIMENTO Nº 3382**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, autorização da Mesa Executiva para representar o Poder Legislativo no dia 02 de dezembro de 2007 a 06 de dezembro de 2007 no evento Conferência Nacional da Criança e do Adolescente a ser realizado em Brasília/DF.

Sala das Sessões, em 14.11.07.

(a) TADEU VENERI

REQUERIMENTO Nº 3395

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, autorização da Mesa Executiva para representar o Poder Legislativo no período de 25 à 30 de novembro de 2007, no XVI CONAFICO - Congresso Nacional do Fisco Estadual e Distrital a ser realizado na cidade de Aracaju/SE.

Sala das Sessões, em 14.11.07.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 3395-A

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, autorização da Mesa Executiva para representar o Poder Legislativo no dia 20 de novembro de 2007 no evento referente a Implantação do Aeroporto de Cargas a ser realizado em Brasília.

Sala das Sessões, em 14.11.07.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 3385

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, REQUER, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que seja enviado um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Francisco Rodrigues da Silva, ocorrido no último dia 13 de novembro.

Da decisão desta Casa, dê-se conhecimento ao Padre Carlos Alberto Rodrigues da Silva, seu filho, com endereço na Paróquia São Pedro - Av. São Pedro s/n - CEP 87320-000 - Roncador/PR.

Sala das Sessões, em 14.11.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

O requerimento que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo encaminhar aos familiares do Sr. Francisco Rodrigues nossos mais profundos pêsames pela sua partida, ocorrida no último dia 13 de novembro de 2007, que deixa eternas saudades.

O Sr. Francisco era pai do Padre Carlos Alberto Rodrigues da Silva, pároco da Paróquia São Pedro - Igreja Matriz de Roncador, a quem toda a população reconhece como pessoa de grande influência positiva no desenvolvimento da cidade e de sua comunidade, motivo pelo qual pretendemos apresentar nossas condolências neste momento tão triste.

Que sua família busque apoio na fé, lembrando sempre que Deus reserva um espaço para aquele que têm bom coração e que moldaram sua vida na prática dos mandamentos que o Cristo nos ensinou.

Sem poder traduzir os verdadeiros sentimentos que seus entes queridos estão passando, solicito que esta Casa Legislativa encaminhe votos de profundo pesar pela perda irreparável.

Ante o exposto, solicito dos meus ilustres Pares a aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO Nº 3377

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o soberano Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Guairanga, pelo transcurso, no próximo dia 16 de novembro de seus 11 anos de emancipação política.

Requer outrossim, que da decisão desta Casa, seja dada ciência aos Exmos. Srs. João Orestes Fenker, Prefeito Municipal, e Mario de Souza, Presidente da Câmara Municipal, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem a laboriosa população do município de Guairanga.

Sala das Sessões, em 14.11.07.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

Compartilhando com a alegria de toda a população de Guairanga que no próximo dia 16 de novembro de 2007 estará comemorando 11 anos de emancipação política, queremos expressar os nossos votos de muito sucesso na certeza de que o trabalho desenvolvido ao longo destes 11 anos não foi em vão, mas colaborou sobremaneira para o constante progresso da região, parabenizando através desta proposição toda a população honesta e trabalhadora que continua contribuindo para o desenvolvimento deste município.

REQUERIMENTO Nº 3379

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do douto Plenário, seja inserido, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações ao advogado João Graça, novo Delegado do Ministério do Trabalho no Estado do Paraná. Trata-se de um dos mais ilustres e respeitados advogados de nosso país, cujos pais são pioneiros do município de Arapongas. A nomeação de João Graça é a garantia de amplo sucesso de sua gestão em tão importante função pública, pela sua seriedade, inteligência e, acima de tudo, idéias e medidas que haverá de colocar em prática e, com certeza, que vão modernizar a Delegacia do Ministério do Trabalho em nosso estado.

Requeiro que a decisão desta Casa de Leis seja comunicado ao empossado, com votos de muito sucesso nas novas funções.

Sala das Sessões, em 14.11.07.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 3393

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante assinado, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de congratulações ao Exmo. Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Sr. Lindsley da Silva Rasca Rodrigues, pela conquista do Prêmio Expressão de Ecologia (Prêmio Nacional de Inovação Tecnológica), concedido pela Revista da FINEP e pelo Prêmio Von Martius da Câmara Brasil-Alemanha, em razão do Projeto de Carbono, oficialmente conhecido como "Implantação e manejo de florestas em pequenas propriedades no estado do Paraná: um modelo para a conservação ambiental, com inclusão social e viabilidade econômica."

O primeiro Projeto (Expressão de Ecologia) foi escolhido o melhor projeto nacional, na área de manejo florestal. E o Prêmio Von Martius foi concedido na categoria Natureza, por ser um projeto capaz de conciliar conservação ambiental com geração de renda e inclusão social. Por essas razões o Programa Paraná Biodiversidade e o Exmo. Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos merecem votos de congratulações e aplausos de todos os Deputados.

Sala das Sessões, em 14.11.07.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

REQUERIMENTO Nº 3394

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual adiante assinado, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de congratulações ao Exmo. Erich Schaitza, DD. Coordenador Estadual do Programa Paraná Biodiversidade, pela conquista do Prêmio Expressão de Ecologia (Prêmio Nacional de Inovação Tecnológica), concedido pela Revista da FINEP e pelo Prêmio Von Martius da Câmara Brasil-Alemanha, em razão do Projeto de Carbono, oficialmente conhecido como “Implantação e manejo de florestas em pequenas propriedades no estado do Paraná: um modelo para a conservação ambiental, com inclusão social e viabilidade econômica.”

O primeiro Projeto (Expressão de Ecologia) foi escolhido o melhor projeto nacional na área de manejo florestal. E o Prêmio Von Martius foi concedido na categoria Natureza, por ser um projeto capaz de conciliar conservação ambiental com geração de renda e inclusão social. Por essas razões o Programa Paraná Biodiversidade e seu coordenador merecem votos de congratulações e aplausos de todos os Deputados.

Sala das Sessões, em 14.11.07.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

REQUERIMENTO Nº 3378

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Deputado Luiz Eduardo Cheida, Presidente da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, solicitando em caráter de urgência, que a referida comissão investigue sobre a área adquirida pelo Grupo Extre Ambiental S/A, no município de Fazenda Rio Grande para a instalação do lixão naquele município.

Sala das Sessões, em 14.11.07.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 3386

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o envio de expediente a Secretaria de Estado da Segurança Pública, solicitando com a máxima urgência que a Polícia Militar através de uma Operação Padrão, intensifique a fiscalização de motos que transitam no período noturno em Ponta Grossa e região, pois em muitos casos estão circulando sem documentos para serem utilizadas por delinquentes para cometer crimes.

Sala das Sessões, em 14.11.07.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 3387

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o envio de expediente a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, solicitando a instalação do escritório do PROCON/PR, no município de Imbituva.

Tal solicitação prende-se ao fato que a instalação do referido escritório, irá trazer importante auxílio aos cidadãos que buscam seus direitos, através do Código de Defesa do Consumidor.

Sala das Sessões, em 14.11.07.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 3388

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Luiz Fernando Delazari, solicitando providências urgentes para que Ponta Grossa e região dos Campos Gerais, recebam estrutura, em efetivo da Polícia Militar, policiais civis, bem como estrutura material, com viaturas, armamento, coletes protetores, etc. Ponta Grossa está vivendo uma onda de violência, com crimes contra a pessoa, e contra o patrimônio, jamais vista, e segundo o Conselho de Segurança Comunitário, além da falta de estrutura material, falta efetivo, pois hoje a cidade conta com 320 policiais, distribuídos entre Ponta Grossa e mais 25 municípios que compõem a Região dos Campos Gerais, sendo 250 militares e 70 civis, quando o número ideal seria de ao menos 700 homens.

Sala das Sessões, em 14.11.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3389

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, solicitando as informações abaixo, relativas ao Sr. Joaquim Portes:

- Data da sua nomeação, bem como cópia do decreto da respectiva nomeação.
- Remuneração percebida nos últimos dois anos.
- Local de trabalho.
- Atividades desempenhadas nos últimos dois anos.
- Possui cartão de despesas? Se possui, quais os valores gastos nos últimos dois anos?
- Apresentou declaração de bens? E, que data? Foi efetuada verificação do aumento patrimonial e sua compatibilidade com os vencimentos percebidos na forma da Lei nº 8429/92?
- Relação de viagens feitas, a trabalho, nos últimos dois anos.

Sala das Sessões, em 14.11.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 3390

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente, Lindsley da Silva Rasca Rodrigues, relativo à cópia da investigação realizada pelo IAP, que resultou na operação Floresta Negra, e que serviu de base para abertura do inquérito policial.

Sala das Sessões, em 14.11.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 3391

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente, Lindsley da Silva Rasca Rodrigues, relativo à cópia da sindicância realizada pelo IAP, dos funcionários afastados pela Chefe da Regional do Instituto Ambiental do Paraná em Ponta Grossa, Elma Nery de Lima Romano, quando assumiu o cargo.

Sala das Sessões, em 14.11.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 3392

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente, Lindsley da Silva Rasca Rodrigues, relativo à cópia da ficha funcional da servidora Elma Nery de Lima Romanó, para tomar conhecimento dos trabalhos que prestou ao IAP, e se cometeu alguma infração nos cargos em que ocupou, desde sua admissão até presente data.

Sala das Sessões, em 14.11.07.

(a) JOCELITO CANTO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 809/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores e Atletas da Vila Autódromo I, com sede e foro no município de Curitiba.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.11.07.

(a) OSMAR BERTOLDI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores e Atletas da Vila Autódromo I, foi fundada em 25 de outubro de 1995, é uma associação civil sem fins econômicos, políticos, partidários ou religiosos.

Sendo o que se apresenta, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para que possamos aprovar a presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 810/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Altera a redação do inciso III, do parágrafo 24, do artigo 1º da Lei Estadual nº 253 de 02 de dezembro de 1954, passando a contar com a seguinte redação:

“III - Com o município de Pitangueiras.

Inicia no encontro do eixo da Rodovia PR-218 com o Ribeirão Paranaguá com as coordenadas UTM = E 7.424.929 - N 438.039 e segue pelo eixo da Rodovia PR-218 no sentido Sabáudia até o entroncamento (trevo) da Rodovia PR-547, com as coordenadas UTM = E 7.424.444 - N 439.267, daí segue pelo eixo da Rodovia PR-547 no sentido Pitangueiras até a projeção da linha de confrontação entre os lotes nº 201 e 202 da Gleba Bandeirantes, com as coordenadas UTM = E 7.425.700 - N 439.950, deste ponto segue confrontando com os referidos lotes, até a Água do Mamão, que é um braço do Córrego Mangueiras (Na carta do IBGE - 2ª ED 1991 está escrito Ribeirão Piramanguera) com as coordenadas UTM = E 7.424.920 - N 440.964, deste ponto segue, à jusante, do Córrego Mangueiras, até a sua foz no Rio Pitangueiras.”

Art. 2º Altera a redação do artigo 1º da Lei Estadual nº 9389 de 04 de outubro de 1990, passando o item 3 a contar com a seguinte redação:

“3. Com o município de Sabáudia.

Começa na foz do Córrego Mangueiras (Na Carta do IBGE - 2ª ED. 1991, está escrito Ribeirão Piramanguera) por este córrego seguindo até seu afluente Água do Mamão e por este acima até a divisa dos Lotes nº 201 e 202 da Gleba Bandeirantes com as coordenadas UTM = E 7.424.920 - N 440.964, deste segue pela linha de divisa entre os lotes mencionados até a margem da PR-547, com as coordenadas UTM = E 7.425.700 - N 439.950 deste ponto segue pela referida PR no sentido da PR-218, até o entroncamento (trevo) com as coordenadas UTM = E 7.424.444 - N 439.267, daí segue pelo eixo da mencionada PR-218, no sentido Astorga, até encontrar com o Ribeirão Paranaguá com as coordenadas UTM = E 7.424.929 - N 438.039.”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.11.07.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

Em atendimento às necessidades dos municípios de Pitangueiras e Sabáudia de adequarem suas divisas, sem alterações territoriais, bem como o consentimento mútuo dos municípios, conforme demonstrado nos Memoriais Descritivos assinados em conjunto por ambos representantes municipais, fez com que não houvesse outra senão esta saída legal para adequar à necessidade de ambos municípios, corrigindo suas fronteiras.

Diante disso, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto, afim de corrigir a situação aqui apresentada.

Pequeno Expediente:

A SRA. PRESIDENTE (**Luciana Rafagnin**)

Passa-se ao Pequeno Expediente. Primeiro orador inscrito, com a palavra o Sr. Deputado Jocelito Canto, por 5 minutos.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Hoje é um dia que temos como muito importante, que é exatamente a semana que comemoramos os 10 anos do SIATE, que foi implantado na cidade de Ponta Grossa, quando estávamos comandando a Prefeitura. Ao longo desses anos, quantas vidas salvou o SIATE. Trata-se de um equipamento de emergência da saúde, à trauma que, sem dúvida nenhuma, é um dos melhores e maiores equipamentos para socorrer uma vida.

Temos que admitir que a saúde tem os seus problemas, mas também temos que fazer uma avaliação aqui das coisas boas que a saúde tem. A nossa saúde, a questão do SIATE, era um equipamento que não existia há 10 anos atrás e que é colocado exatamente no meio do povo. Aos poucos o povo se acostuma com ele e dá importância a ele, na medida em que se faz presente todos os dias nas vilas, nos bairros, na esquinas, nas rodovias, em todos os pontos. É como a luz elétrica, que quando falta por alguns segundos ficamos em pânico. Não percebemos que ela está todos os dias aqui e só sentimos falta dela quando ela cai por alguns instantes. É a mesma coisa esse equipamento colocado para cuidar da cidade, que é o SIATE. Trata-se de um grande investimento que foi feito e completa 10 anos.

Deputado Rossoni, foi um dos poucos equipamentos que recebi da saúde, do Governo Jaime Lerner. Tenho que fazer aqui o voto positivo que pelo menos recebi um, recebi o SIATE. Ele foi implantado em Curitiba, Londrina, e Ponta Grossa recebeu o SIATE pela metade, que veio depois dos Jogos da Natureza. O nosso município ficou por último. Os equipamentos foram primeiro a Foz do Iguaçu, nos Jogos da Natureza, vieram baleados, algumas ambulâncias com dificuldade. Naquela época, como prefeitos, fomos obrigados a comprar alguns equipamentos

que não estavam constando no protocolo de uma UTI de emergência. Graças a Deus compramos os equipamentos que faltavam, o SIATE foi para as ruas. Quantas vidas já salvou o SIATE? Só reclamamos da saúde, mas é bom também se falar da importância da saúde em alguns aspectos, como o SIATE que só damos valor quando há um acidente ou quando você passa na esquina e percebe que a situação dos grandes municípios onde está o SIATE, em menos de 5 minutos ele chega em qualquer lugar onde está posicionado.

Por isso queria fazer aqui, hoje, Sra. Presidente, Srs. Deputados, esse registro de 10 anos do SIATE. Um equipamento que me orgulho de ter colocado nas ruas de Ponta Grossa e que tantas vidas tem salvado todos os dias. É um equipamento que quando completa 10 anos, precisa ser lembrado, homenageado, sabendo que a saúde tem dificuldades, mas aos poucos ela vai melhorando. É como o hospital regional de Ponta Grossa, quando estiver pronto vamos esquecer de muitos problemas que temos hoje. É isso, Sra. Presidente, Srs. Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (**Luciana Rafagnin**)

Convido o segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Pastor Edson Praczyk.

Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Tentarei nesses 5 minutos expressar os três assuntos, os quais me motivaram a estar nesta tribuna.

Inicialmente, quero fazer o registro, Deputado Valdir Rossoni, de que na pauta de hoje consta no item 01, a redação final de uma proposição de minha autoria, sobre a padronização dos documentos ODF. Quero deixar registrado o meu agradecimento aos parlamentares desta Assembléia, de terem corroborado, contribuído para que a nossa proposta tivesse tramitação sem nenhum óbice, sem nenhum empecilho. E hoje, graças a Deus, com a ajuda dos nobres Pares, estaremos concluindo essa trajetória. Restando tão somente que essa proposta, senhores jornalistas, chegue às mãos do Sr. Governador e o mesmo sancione ou vete. Caso vetar, coisa que duvido, teremos ainda, Deputado Strapasson, a prerrogativa de derrubar o veto ou mantê-lo. Mas, eu tinha que fazer esse agradecimento público, muito embora V. Exas. não detenham o conhecimento profundo do assunto, por mais que tentemos explicar. Reconhecemos que esse é um assunto extremamente técnico.

Mas, a comunidade ligada à informática, a comunidade internacional toda está atenta neste momento. Já disse isso outras vezes e reitero que há uma expectativa muito grande pela aprovação dessa proposição. Tanto da parte do Governo, embora eu não faça parte do quadro dos parlamentares que compõem a base aliada do Governo, mas há uma expectativa por parte do Governo

porque em muito será benéfica esta proposta para o Executivo de um modo geral, como vem para os demais Poderes. Mas, a comunidade internacional também está na expectativa para que a nossa proposta uma vez transformada em lei, Deputado Pedro Ivo, ela passe a ser referência, e o será com certeza, para outros estados, outros países, outros continentes.

Fica aqui o registro do meu agradecimento sincero porque o mérito não é exclusivo meu, nem queria que fosse, mas de toda a coletividade, de todos os parlamentares que compõem a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Meu agradecimento também em especial ao Líder da Oposição, Deputado Valdir Rossoni, representando toda Oposição e o Deputado Romanelli, como Líder da Bancada de Sustentação do Governo, que também nos ajudou na tramitação desta proposta.

O segundo assunto que me traz a esta tribuna é com respeito a uma lei, de autoria do Deputado Douglas, que inclusive já falei nos bastidores parabenizando, mas faço questão também de registrar o meu parabéns a essa iniciativa, sobre a proposta de lei que resultou na Lei nº 15627.

Sra. Presidente, assim que expirar o meu tempo passarei a fazer uso do horário do Bloco Independente.

Passa a usar o horário do Bloco PSB/PR/PRB/PV

Ora, a Lei nº 15627, de autoria do Deputado Douglas, que foi pelo mesmo explanada aqui há questão de 20 dias, muitos dos senhores talvez não tenham dado a devida atenção. E confesso que embora tenha prestado atenção, mas tinha que também deixar um registro, Deputado Douglas, de recentemente ter vivido e estar vivendo na pele a importância da grande envergadura de alcance que esta lei tem, porque a lei do Deputado Douglas, na sua súmula, diz que todos os prestadores de serviços continuados ficam obrigados a assegurar aos consumidores a faculdade de solicitar o cancelamento do serviço pelos mesmos meios com os quais foi solicitada a aquisição, conforme especifica. Traduzindo em miúdos - se ter a facilidade, e olha que são muitas, para se cancelar um serviço qualquer que se tem para solicitá-lo.

Tenho vivido uma verdadeira *via crucis* no que diz respeito ao cancelamento de duas linhas telefônicas. Já tinha vivido isto outrora. Mas, ao invés de ter melhorado, Deputado Douglas, tem sido caótica a situação de um cidadão, seja ele quem for, que tenta cancelar o pedido de uma linha telefônica, cancelar linha telefônica em casa. Meu Deus do Céu!

Hoje completa exatamente 26 dias que estou tentando, de todas as maneiras, cancelar duas linhas telefônicas. Primeiro esse mecanismo tão impessoal de call center disponibilizado pelas empresas de telefonia, que diga-se de passagem, outrora tínhamos o problema da telefonia como um monopólio, daí veio a "piratização", não é nem privatização, é "piratização", que questiono se melhorou ou piorou o serviço. Em partes penso ter piorado e muito,

principalmente no que diz respeito à informalidade à maneira fria que são tratados os cidadãos.

Ora, você liga na central solicitando a linha telefônica, é exemplo, linha telefônica, quase que de pronto você consegue fechar um contrato solicitando uma, duas, quantas linhas telefônicas você aprovar ou desejar. Mas quando você deseja cancelar, Deputada Rosane, meu Deus do Céu, você passa raiva, você passa nervoso. A média, dependendo do dia, você espera 30, 35, 40, 50 minutos e depois, como uma bolinha de pingue-pongue, é lançado de um lado para outro para vários atendentes, e quando você diz: "Agora vou chutar para o gol, agora vou concluir a minha solicitação", estrategicamente, Deputado Valdir Rossoni, porque não é coincidência, aconteceu comigo 4 vezes, cai a ligação ou então te transferem para alguém e depois de você contar toda a sua história, isto você já quase que explodindo, saindo fumaça pelos ouvidos, aí diz: "Não, o setor não é este. Vou transferi-lo para o setor adequado."

Então, você fica apavorado! Desta última vez, quando o atendente de nome Fernando disse: "Olha, senhor, não é este o setor, eu vou transferi-lo para o setor certo", eu disse: pelo amor de Deus, não o faça, porque estou com trauma. Da última vez quando isto aconteceu, eu fiquei 45 minutos e não resolveram.

Então, eles nos ganham pelo cansaço, Deputado Douglas.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Pastor Edson, esta lei que hoje é lei, sancionada pelo Governador e com aprovação desta Casa, e que todos os Deputados aprovaram, votaram a favor da lei, ela não está sendo cumprida pelas empresas que prestam esse tipo de serviço. V. Exa. está contando uma história sua, pessoal, mas imagine quantas pessoas, vamos falar só do Paraná, têm esse tipo de problema!

Quando apresentamos essa lei, foi justamente ouvindo a comunidade. Uma pessoa veio falar, eu fui investigar e realmente isso acontece. Apresentamos o projeto, hoje já é lei, mas as empresas não respeitam! As empresas, principalmente na área de telefonia, como V. Exa. se refere, continuam abusando dos consumidores! Eu não sei mais o que temos que fazer agora!

Deputado Durval Amaral, V. Exa. que é profundo conhecedor das leis, do direito, o que nós, enquanto Deputados, podemos fazer para ajudar a comunidade nesse aspecto? Porque nós somos, sim, muitas vezes criticados por vários tipos de atitudes, mas num caso desses que temos a lei, ela foi aprovada, sancionada pelo Governador, agora as empresas não respeitam, o que nós temos que fazer num caso desses?

O Deputado Pastor Edson está falando que a lei existe e as empresas não estão cumprindo, e nós aqui, o que temos que fazer, Sr. Presidente? Que falta com esta Casa de Leis! As empresas não estão cumprindo!

Ele está dizendo que ficou 45 minutos para cancelar um serviço telefônico! Imaginem uma pessoa simples, humilde, lá numa cidade do interior? Não consegue cancelar, fica com essa dívida a vida inteira!

Parabéns pelo seu pronunciamento e acho que só Deus para nos ouvir e poder realmente nos ajudar, porque a Assembléia aprovou, o Governador sancionou e as empresas não estão respeitando os consumidores!

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Concluo, Sr. Presidente. Fica aqui, além do registro da indignação, porque diga-se de passagem, ainda não consegui cancelar as minhas linhas telefônicas, não consegui, fica a proposta, a sugestão para V. Exa., Deputado Douglas, ou para a coletividade, que esse serviço de call center não seja a única alternativa para se cancelar um serviço, porque além do atendimento ser muito impessoal não se dá mecanismos suficientes para se exigir que se efetue determinados cancelamentos.

Então, fica aqui a sugestão de uma proposta para que todas essas empresas, no caso o exemplo da Brasil Telecom, que está dando todo esse cansaço a esse Parlamentar, que mantenha o serviço de call center, mas além dele sejam obrigados a oferecer também um serviço pessoal, o que abriria também a oportunidade de emprego para outras pessoas.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Deputado Edson Praczyk, o senhor acabou de usar a tribuna e é Pastor, assim como outros pastores que temos aqui, uso a tribuna no dia de hoje para fazer uma consideração que me parece necessária. Estamos vivendo, Sr. Presidente, a Semana da Consciência Negra, que teve na segunda-feira um seminário e nesse seminário estava inclusive o Sr. Glauco de Souza Lobo, conhecido por todos pela sua luta, pelo seu empenho, pelo seu trabalho em busca do reconhecimento das comunidades quilombolas.

Nós comentamos nesse dia aquilo que o Governador Roberto Requião, na terça-feira anterior, havia afirmado com referência ao Conselheiro do Tribunal de Contas, Sr. Fernando Guimarães. Não me parece, Srs. Deputados, e eu não tenho aqui procuração do Conselheiro Fernando Guimarães para fazer a sua defesa, até porque acho que ele não precisa disso, mas não me parece correto que o Governador do Estado do Paraná use a TV Educativa para professar críticas à opção religiosa de quem quer que seja, se o Governador Roberto Requião é católico, é espírita, se o Governador é islâmico, é o direito dele enquanto cidadão. Não é o direito dele vir

fazer críticas. E se tem críticas ao Conselheiro Fernando Guimarães, deve fazer diretamente. O que ouvi ontem, e falei isso segunda-feira para o Glauco, me incomoda muito. Incomoda, porque quando vejo um Governador do Estado criticar uma pessoa porque o seu pai tem um terceiro, porque o seu pai é pai de santo, porque o seu pai inclusive lhe abriu as portas em 1982 do terreiro para que ele fizesse campanha em cima de uma Caravan - quem falou isso foi o Glauco Souza Lobo, e foi o único a fazer isso - no mínimo é uma ingratidão. Uma coisa que não podemos ser é, no mínimo, ingratos com aqueles que nos estendem as mãos.

O que aconteceu ontem é extremamente deprimente para o estado do Paraná, porque é um tipo de comentário que foi feito na manhã de ontem, mais do que um comentário racista porque ele ofende a matriz de religiosidade africana, mais do que um comentário que tem na sua raiz a intolerância com a religiosidade africana, é um comentário que visa dar recados. Se precisa dar recado, que seja dado diretamente a quem deve ser atingido, mas que não o faça para que o Brasil todo, América Latina e outros países que recebem a imagem da TV Educativa possam fazer, equivocadamente, um juízo de que aqui no Paraná nós concordamos com esse tipo de comentário.

Por isso, uso a tribuna neste horário, que não é horário do meu partido, porque não falo em nome do meu partido, mas em meu nome pessoal. Quando a TV pública é usada para desqualificar adversários, para dizer que: "O menino mandu - que em princípio significa o menino tolo - está exagerando". Mas depois diz: "Quem embalou mandu que lhe dê caruru", remetendo às muçamas negras que amamentavam os filhos dos brancos para dar um recado, talvez, ao Tribunal de Contas. Acho que isso deve ser explicitamente quando tem a dignidade de fazer acusações e assumi-las. O que não é possível é que tenhamos no estado do Paraná, Deputado Rossoni - e acho que o Governador foi extremamente infeliz, não gostaria de ter que fazer esse comentário que estou fazendo aqui, mas extremamente infeliz - quando fazemos críticas pessoais às pessoas, elas podem defender-se inclusive judicialmente. Quando fazemos críticas políticas, as pessoas podem responder essas críticas. Agora, quando fazemos críticas de conceito, ou seja de um pré-conceito, quando fazemos críticas à sua opção religiosa, quando fazemos críticas à família daquela pessoa, estamos entrando num caminho que não só desagrada a todos, mas desagrada principalmente que vêm a necessidade - e o Brasil é uma exceção entre muitos países - a necessidade de cultuarmos a tolerância religiosa.

Faço aqui esse pronunciamento porque acredito que não é o Sr. Fernando Guimarães, pai do Conselheiro do Tribunal de Contas, por ser pai de santo, por ter um terreiro, não é ele em absolutamente nada menor do que qualquer outro cidadão do nosso país. Ao contrário, pela sua generosidade, pelo seu trabalho e pela sua dedicação é muito maior, muito superior àqueles que lhe criticam de forma tão rasteira.

Obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (**Luciana Rafagnin**)

Próximo orador inscrito, Deputado Caíto Quintana.

Não havendo manifestação, passamos ao Grande Expediente. Com a palavra o Deputado Edgar Bueno.

(Declina)

Horário das Lideranças:

Passamos para o Horário das Lideranças: PDT, Bloco PPS/PMN, Bloco PSB/PR/PRB/PV, Democratas, PP, PT, PSDB, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni, por 10 minutos.

Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI

Sra. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Deputado Praczyk, estamos à véspera de um feriado.

Abro os jornais de manhã. Achei que ontem na verdade, o que ocorreu no plenário foi o que às vezes surge no meio político, normal. Estava toda aquela indecisão da votação da questão do lixo, aí surgiu um comentário no plenário: “Aumento de impostos”.

Digo: não é possível, não é verdade, não acredito, e me calei.

Hoje, abro os jornais e vejo, agora o futuro vai dizer, venho aqui: “Governo do Paraná prepara aumento de IPVA e ICMS”. De IPVA ele está preparando, das taxas do DETRAN, ele já mandou. Tem taxas que aumentam mais de 200%. Estão aqui os outros jornais trazendo o aumento de impostos.

Deputado Reni, V. Exa. que lidera uma importante bancada, acredito também ainda estar liderando a Bancada da Oposição, nós teremos, sinceramente, Deputado Elio, vamos sair hoje, aproveitar o dia de amanhã, descansar o final de semana e vamos vir prontos aqui segunda-feira. Convido os companheiros que são contrários ao aumento de impostos. Esse trabalho tem que ser indicado já. Agora! Sabe por quê? Vamos ter que usar aqui todos os artifícios regimentais para que isso não aconteça. Já teremos que usar com o que está na Casa, com as taxas do DETRAN.

Sei porquê o Governo precisa aumentar os impostos. Vejam o levantamento que fizemos aqui, que está acontecendo. Em 2003 a 2006 a história se repete, no primeiro Governo, porque a incompetência tomou conta do Governo, no primeiro aconteceu o mesmo, a única região, e que é uma pequena região do estado do Paraná, que aumentou a sua arrecadação foi a região de União da Vitória.

Observem, aí que está o desespero

do Governo. Guarapuava, caiu 173% a arrecadação daquela região. Jacarezinho caiu 38%. Qual é a melhor maneira de resolver o problema de caixa do Governo para parar de fazer loucura?

Criticava-se aqui o Governo anterior por ser perdulário, não sei se essa é a palavra certa. Lembra um determinado momento que o Governo criou 600 cargos aqui? Foi um carnaval da Oposição! Agora, aqueles que faziam Oposição vão exigir do Governo que enquadre o Governo e extinga esses cargos.

O que está acontecendo, se formos somar o número de cargos criados por esse Governo, é um absurdo! Claro que existe um velho ditado que “do couro sai a correia”; sabe de quem é o couro? Do povo do Paraná, para fazer a correia do desperdício do Governo do Estado, a farra de cargos.

Pergunto qual é o dia que veio para esta Casa um projeto de lei extinguindo um órgão, uma Secretaria ou qualquer coisa, extinguindo um cargo.

Foram extintos aqui vários setores. E aonde foram esses cargos? Segundo comentários, parece-me que agora com a reforma do Palácio Iguaçu, o Palácio vai fazer ali um tipo de projeto de ginásio de esportes, com arquibancada, porque aqueles que não puderem usar e não tiver lugar, porque não tem lugar para todo mundo, eles estarão atrás do Palácio, de plantão. Talvez até para aparecer na “escolinha” de terça-feira, para o aplauso. Mas quero dizer ao Deputado Tadeu Veneri, que só há uma maneira de corrigirmos as atitudes do Governador: com firmeza, com determinação. Não adianta nos indignarmos com suas atitudes e na hora de votarmos aqui dizermos amém ao Governador.

Não cabe o discurso. Tenho aqui Parlamentares no meu mais alto conceito. Mas há de se ter uma posição definitiva: ou queremos, Deputado Belinati, corrigir os rumos deste Governo que está perdido, ou vamos ser o couro da correia. Ele vai aumentar os impostos, já estão aí as taxas de IPVA, falou muito bem outro dia o Deputado Reni, e agora vamos ter um estresse até o final do ano, para essa batalha que vamos firmar aqui neste Plenário para essa votação. Me preocupa muito isso.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB) (Aparte)

Agradeço muito o aparte e quero dizer que na minha natureza tenho coisas que eu não consigo controlar. Sei que quando V. Exa. hoje abriu o jornal Gazeta do Povo e leu...

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não apenas a Gazeta do Povo, vamos aqui respeitar um grande jornal deste estado que é o Estado do Paraná.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB) (Aparte)

Quando V. Exa. leu os jornais.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Diga-se de passagem, quem ajudou a eleger o Governador, a primeira e a segunda vez não fui eu.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB) (Aparte)

Sei que V. Exa. não quer falar na Gazeta.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não, falo a Gazeta, com todo o respeito. É um dos principais jornais deste estado.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB) (Aparte)

Sabemos que V. Exa. tem uma grande admiração pela Gazeta do Povo. O fato é o seguinte: V. Exa., quando leu os jornais, hoje, achou que tinha voltado 8 anos atrás. Falou: “Nossa! Acordei, é o Governo que aumenta impostos para os paranaenses”. (Ruídos). O microfone está atrapalhando...

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Mas, Deputado Romanelli, me diga: não vai ter aumento de impostos, então?

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB) (Aparte)

Quero dizer a V. Exa., primeiro: Eu até acho que V. Exa.... (Ruídos)... O Deputado Rossoni está sem som na tribuna. Difícil, assim, perdemos até a...

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Até a concentração. Mas, quero dizer que quando fui 1º Secretário também não consegui consertar o som da Casa. Considero-me incompetente, também.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB) (Aparte)

V. Exa. tem que reconhecer o seguinte: em primeiro lugar, quero desmentir desde logo, de forma peremptória. Falar com os Deputados Waldyr Pugliesi e Antonio Belinati aqui ao meu lado é algo muito difícil. Sei que estão aqui para dar suporte ao nosso pronunciamento - este som está muito ruim, mesmo. Está difícil. Melhor falar sem microfone. Vou falar sem microfone, para podermos conversar. Mas, quando li os jornais...

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, o Deputado Romanelli não pode falar fora do microfone, senão não registra nos Anais da Casa.

A SRA. PRESIDENTE (**Luciana Rafagnin**)

Deputado Romanelli, convido V. Exa. para usar o microfone.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB) (Aparte)

Se o microfone funcionasse, eu poderia usar. Sinceramente, porque não é possível!

O fato é o seguinte: é absolutamente inverídica a informação de que o Governo sequer cogitou poder modificar a vitoriosa política tributária que tem em relação ao ICMS. Nós conseguimos, no nosso estado, uma grande conquista deste Governo, que foi isentar as microempresas, foi criar uma política fiscal...

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado Romanelli...

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB) (Aparte)

Calma, deixa eu terminar! Calma, Exa. Assim V. Exa. pode concluir seu pronunciamento com aquilo que é real e não com o que é de fato ficção. Quero dizer a V. Exa. o seguinte: em relação ao ICMS, que de fato é um imposto que onera o conjunto da sociedade paranaense, nenhuma modificação. Estas notícias inverídicas, são boatos feitos única e exclusivamente para poder, de fato, criar um clima artificial.

Então, vamos deixar, desde logo o seguinte: em relação ao ICMS só pode melhorar. Cada vez mais desonerar a produção, cada vez mais criar condições para o empresariado paranaense competir. Então, com relação ao ICMS, seu discurso pode pular uma página.

Em relação às taxas do DETRAN, vamos discutir, vamos aprofundar a discussão. Ontem foi muito importante uma discussão que tivemos sobre esse tema. Vamos discutir esse tema com o conjunto da Assembléia Legislativa.

Em relação ao IPVA, o Governo vai enviar para esta Casa uma discussão sobre o aumento da alíquota de 2,5% para 3%.

V. Exa. sabe, os municípios estão vivendo uma grave crise. Como V. Exa. sabe, 50% do IPVA vai para os municípios.

Vou fazer o seguinte, no Horário da Liderança do Governo continuo explicando essa questão que envolve os aumentos. Mas, primeiro, escute a versão antes de divulgar o boato.

Muito obrigado!

O Sr. Antonio Belinati (PP) (Aparte)

Deputado Valdir Rossoni, logo, logo vai entrar no ar a TV Assembléia, e uma boa parte da população vai poder acompanhar qual a posição de cada Parlamentar desta Casa.

Fico até com pena dos Deputados aliados, porque é uma tarefa difícil. Muitas vezes para atender suas bases acabam apoiando tudo o que o Governo manda para esta Casa. E cabe a nós decidirmos: ficar com o Governo ou com o povo.

Lógico que, quem aprovar o aumento das taxas vai ficar com o Governo e contra o povo. E nessa questão, fico com o povo do Paraná, contra esses aumentos já anunciados.

Muito obrigado!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Agradeço o posicionamento do Deputado Antonio Belinati, isso vem dar sustentação a esta causa.

Pelo que ouvi do aparte do Deputado Luiz Claudio Romanelli, apesar das dificuldades, ele deu a notícia que não terá aumento de ICMS. Ótimo! Mas depois ele veio com uma bomba, preparou o campo, 25% de aumento de IPVA. Algo que teremos que discutir aqui.

Deputado Romanelli, tenho certeza que V. Exa., intimamente, não concorda com o aumento das taxas do DETRAN, como veio o projeto de lei.

O levantamento feito por nós é de 200% de aumento em algumas taxas.

Por esta razão, não tenho mais dúvidas que teremos aqui uma batalha sem fim até o final do ano.

A notícia que me chega é que o rolo compressor vai funcionar. Não tenho dúvida, o desespero é muito grande. Eles faliram o Governo. Não tem dinheiro. Prova disso é que maquiaram a prestação de contas do ano passado. Não cumprem os compromissos com a ParanaPrevidência.

E agora as notícias: IPVA, aumento; taxas, aumento; criação de cargos. E não tenho dúvida, se não começarmos, acho que os jornais já estão prestando um serviço à população paranaense. Se nós não começarmos a alertar eles terão coragem de mandar o aumento do ICMS também. Não tenha dúvida, vontade tem. Vi hoje o Chefe da Casa Civil, que é de longa experiência político, porque o vi em todos os Governos que passaram por este estado, ele sempre foi Governo, ele não tem culpa de ter trocado o Governo. Ele está agora chefiando a Casa Civil, quando falou em aumento de imposto ele engasgou, hoje, na rádio, porque ele não sabia bem ainda o que o poderoso chefe queria mandar para essa Casa. Então, por essa razão, Deputado Douglas, vamos a partir de segunda-feira ficar vigilantes, vamos pedir ao Presidente da Casa a cautela, que tão logo chegue a esta Casa qualquer aumento de imposto que encaminhe o projeto aos Deputados para que tenhamos...

A SRA. PRESIDENTE (**Luciana Rafagnin**)

Peço para V. Exa. concluir porque já foi usado 20 minutos.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não, então vou respeitar V. Exa., até porque V. Exa. está no exercício da Presidência e está com perfeição dirigindo os trabalhos. Eu, em respeito à sua pessoa, encerro o meu pronunciamento, e se V. Exa. permitir, uso o Horário da Liderança da Oposição.

A SRA. PRESIDENTE (**Luciana Rafagnin**)

V. Exa. usará o Horário da Liderança agora?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não, vou falar depois porque talvez o Deputado Romanelli me traga um alento no assunto que levantei aqui.

A SRA. PRESIDENTE (**Luciana Rafagnin**)

Obrigada. Ainda no Horário das Lideranças, PMDB. Deputado Caíto Quintana.

Liderança do PMDB: Deputado Caíto Quintana

O SR. CAÍTO QUINTANA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, dois assuntos rapidamente.

Gostaria de usar nesse horário - agradecendo o Deputado Waldyr Pugliesi por ceder o horário. Um deles, o nosso companheiro Portela está lançando hoje um livro sobre o perfil Parlamentar de 1987 a 2006, narrando o histórico dos Deputados Estaduais paranaenses até o ano passado.

(Lê):

“Sras. e Srs. Deputados

A obra, de autoria do Sr. José Carlos Pereira Portela - diligente funcionário da Assembléia Legislativa há mais de 30 anos, na área de estudos e promoções especiais - atualiza a memória do nosso legislativo paranaense, dando continuidade à obra pioneira de Maria Nicholas, que primeiro historiou a trajetória dos membros da legislatura estadual desde seu período formativo em 1854 até 1954, num texto clássico intitulado Cem Anos de Vida Parlamentar.

Posteriormente, por ocasião da redemocratização, a obra da professora Nicholas foi atualizada quanto aos últimos 30 anos, resultando num volume completo à época - 1984 - sob o título 130 Anos de Vida Parlamentar.

Agora, o nosso companheiro Portela - que na juventude foi aluno de Maria Nicholas e depois colaborou no seu trabalho de atualização até os 130 anos - trabalhou com uma equipe de colaboradores dedicados, para atualizar em definitivo a trajetória dos representantes políticos que serviram o povo do Paraná, desde 1987, 11 legislaturas, até 2006, ou seja a 15ª Legislatura, a última imediatamente anterior à bancada representativa que hoje integramos.

José Carlos Portela, Coordenador de Estudos e Promoções Especiais desta Casa de Leis, é psicólogo graduado pela Universidade Tuiuti do Paraná; Diretor do Centro de Relações Internacionais do Paraná para a área de Organização e Meios; é sócio-fundador e Conselheiro do Movimento Pró-Paraná; é membro ativo do Instituto Histórico e Geográfico e do Centro de Letras do Paraná, entre outros destaques.

Foi ainda, organizador de fóruns de debates e redator de vários trabalhos técnicos em eventos que aproximaram a sociedade organizada do legislativo paranaense na discussão de projetos e temas relevantes para o interesse público.

O lançamento do livro de Portela será presidido pelo nosso Presidente, Deputado Nelson Justus, logo mais às 17h00, no salão nobre anexo ao plenário; evento festivo para o qual renovamos o convite a todos os parlamentares desta Assembléia Legislativa.

Muito obrigado.”

Gostaria de convidar a todos os Srs. Parlamentares, funcionários, pessoas que estejam nesta Casa, para o lançamento do livro do nosso companheiro e amigo, funcionário desta Casa, Portela, que será presidido pelo nosso Presidente Nelson Justus logo mais às 17h00, no salão nobre anexo ao plenário. Evento festivo para o qual renovamos o convite a todos os parlamentares da Assembléia Legislativa.

Fazendo esta solicitação para o comparecimento do lançamento desse livro, e para evitar encaminhamento na hora da votação da Ordem do Dia, Sra. Presidente, gostaria de conclamar os Srs. Parlamentares para votação do item oitavo, que é a 1ª discussão do Projeto de Lei nº 134/07, que torna obrigatório a utilização de material biodegradável ou reutilizável para embalagem de produtos em supermercados, congêneres e comércio em geral e incentiva esses mesmos estabelecimentos a adotarem programas de respeito ao meio ambiente.

Este projeto determina a utilização de sacolas biodegradáveis nos mercados, supermercados, congêneres, estabelecendo um prazo para que isso aconteça, compensando as indústrias pela utilização de material oxibiodegradável. Esta Casa já fez duas ou três Audiências Públicas a respeito. É certo que existem lobbies poderosos contrários querendo permanecer no *status quo* e todos nós sabemos que o plástico gerado em sacolas, quer seja no açougue, no mercado, no supermercado, no botequim da esquina, na farmácia, é grande responsável, hoje, por entupimentos de bueiros, degradação do meio ambiente, visto que demora 150 ou 200 anos para eles poderem ser degradados.

Quero advertir os Srs. Parlamentares, também, que se usa como argumento de que estará se tirando emprego das pessoas que recolhem plásticos. Não há absolutamente nada que possa afirmar isso, visto que o plástico biodegradável pode ser reutilizado pela empresa e pode, seguramente, ser um instrumento de apoio, neste momento em que vivemos em defesa do meio ambiente.

Gostaria de deixar claro aos Srs. Parlamentares o seguinte: este projeto é de minha autoria e junto com ele há um projeto da Deputada Rosane e outro do Deputado Stephanes Júnior. No dia de hoje, vamos votar em 1ª discussão e, imediatamente, estaremos encaminhando um requerimento à Mesa pedindo para retirada de pauta por 5, 6, 8 Sessões, para dar tempo de fazermos um substitutivo geral a ser aplicado na 2ª votação. Posteriormente, ele volta à CCJ para ser novamente debatido e analisado, para depois retornar ao plenário. Portanto, teremos um espaço relativamente plausível para que se continuem as discussões e possamos fazer um substitutivo geral que contemple a todos os desejos dos parlamentares desta Casa, mas principalmente para que se proteja o meio ambiente.

Acho que todos os esforços que fazemos na defesa do meio ambiente, hoje, são prejudicados por determinadas coisas que podemos resolver. Soluções, subterfúgios, como por exemplo, levar de casa a sacola de pano é uma questão que, na prática, não acontece porque raramente a pessoa sai de casa para ir ao supermercado, a pessoa passa pelo mercado para comprar alguma coisa e, seguramente, estaríamos ajudando a degradar cada vez mais o meio ambiente. O Paraná não é o único estado a estar votando uma lei como esta e espero que esta Casa aprove esta lei, ela seja posta em prática, para que o Paraná possa ser pioneiro na utilização imediata de uma defesa que temos obrigação de fazer, como representantes do povo paranaense, do meio ambiente do nosso estado.

Agradeço a compreensão dos Srs. Deputados e espero voto favorável nesta 1ª discussão. Na sequência, estaremos tirando da Ordem do Dia para fazer um substitutivo, discutir na CCJ e, posteriormente, voltar ao plenário para sua finalização.

Obrigado Sra. Presidente! Obrigado Srs. Deputados!

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Pela ordem, nobre Presidente Luciana Rafagnin.

(Assentimento)

Presidente, para registrar uma homenagem pessoal e quero crer de todos os colegas, a um grande caráter, um grande amigo, um grande homem público que hoje celebra o seu aniversário de 64 anos. Nosso querido colega, amigo de 40 anos, Deputado Antonio Martins Anibelli, com o nosso louvor e aplauso pelo companheirismo, amizade e firmeza com que ele defende seus pontos de vista e seus princípios e a defesa intransigente que ele faz, em favor das bases que ele representa nesta Casa de Leis. Que Deus continue abençoando o nosso querido colega, Deputado Antonio Anibelli, com os nossos votos de feliz aniversário.

A SRA. PRESIDENTE (**Luciana Rafagnin**)

Devidamente registrado. Esta presidência, juntamente com a Mesa, associa-se ao vosso pronunciamento, desejando muitas felicidades ao Deputado Antonio Anibelli.

Passamos para a Liderança da Oposição.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sra. Presidente, em cima do silêncio do Líder do Governo, me silêncio também para aguardar os resultados do que falei.

A SRA. PRESIDENTE (**Luciana Rafagnin**)

Liderança do Governo.

(Declina)

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 362/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a execução de obras de melhorias na sinalização na pista de rolamento da rodovia que liga o município de Terra Boa até o Trevo de Malú. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 363/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes a execução de obras de melhorias na sinalização na pista de rolamento da rodovia que liga o município de Cianorte até o trevo do município de Engenheiro Beltrão. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Durval Amaral, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Osmar Bertoldi constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3382, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente, solicitando autorização para representar o Poder Legislativo, nos dias 02 a 06 de dezembro de 2007, na Conferência Nacional da Criança e do Adolescente, a ser realizada na cidade de Brasília-DF. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 3395, de autoria do Deputado Reni Pereira constante do expediente, solicitando autorização para representar o Poder Legislativo no período de 25 a 30 de novembro de 2007, no XVI CONAFICO - Congresso Nacional do Fisco Estadual e Distrital a ser realizado na cidade de Aracaju-SE. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 3395-A, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente, solicitando autorização para representar o Poder Legislativo no dia 20 de novembro de 2007, no evento referente a implantação do Aeroporto de cargas a ser realizado em Brasília-DF. **À Comissão Executiva.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 203/07, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, que dispõe sobre a padronização de documentos públicos do estado do Paraná em formato ODF. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 203/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os órgãos e entidades da Administração Pública Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional do Estado do Paraná, bem como os órgãos autônomos e empresas sob o controle estatal adotarão, preferencialmente, a padronização de documentos públicos em formato Open Document Format - ODF, quando da sua criação e distribuição.

Art. 2º Entende-se por formatos abertos de arquivos aqueles que:

I - possibilitam a interoperabilidade entre diversos aplicativos e plataformas, internas e externas;

II - permitem publicação sem quaisquer restrições ou pagamentos de royalties;

III - podem ser implementados plena e independente por múltiplos fornecedores de programas de computador, em múltiplas plataformas, sem quaisquer ônus relativos à propriedade intelectual para a necessária tecnologia.

Art. 3º Os entes, mencionados no artigo 1º desta lei, deverão estar aptos ao recebimento, publicação, visualização e preservação de documentos digitais em formato aberto, de acordo com a norma ISO/IEC 26.300 (Open Document Format - ODF).

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 13.11.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 623/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que altera o parágrafo único do artigo 1º da lei nº 8207 de 26 de dezembro de 1985. (Imóvel). **Aprovado. (Publ. no DA nº 099/07, de 27/08/07, em Projetos de Lei).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 675/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 037/07, que autoriza o Poder Executivo a, por meio do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, efetuar a doação, ao município de São José dos Pinhais, de área conforme especifica. **Aprovado. (Publ. no DA nº 110/07, de 12/09/07, em Mensagens).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 033/07, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos Srs. Deputados, mês de outubro de 2007. Resolução nº 003/04. **Aprovado. (Publ. no DA nº 145/07, de 08/11/07, em 1ª Discussão).**

3ª Discussão

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 604/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 032/07, que objetiva o ingresso do estado do Paraná, no consórcio intermunicipal para gestão dos resíduos sólidos urbano - SEDU/COMEC, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF, CAM E CEMA. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CEMA. EM REGIME DE URGÊNCIA. APRECIAR NESTE TURNO SUBSTITUTIVO GERAL DA CEMA. **APROVADO EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Aprovado o substitutivo geral da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente.**

2ª Discussão

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 626/07, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar a estrada municipal que liga a PR-092 Km 299 + 650 à sede do município de Quatiguá. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 767/07, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que institui o Dia do Trabalhador da Área de Reciclagem e Sucatas do Estado do Paraná, que será comemorado anualmente no dia 10 de julho. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 134/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que torna obrigatório a utilização de material biodegradável ou reutilizável para embalagens de produtos de supermercados, congêneres e comércio em geral e incentiva estes mesmos estabelecimentos a adotarem programas de respeito ao meio ambiente. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CICTM. **Aprovado. (Publ. no DA nº 012/07, de 15/03/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
AO PROJETO DE LEI Nº 134/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei de autoria do Deputado Caíto Quintana obriga a utilização de material biodegradável ou reutilizável para embalagens de produtos em supermercados, congêneres e comércio em geral e incentiva estes mesmos estabelecimentos a adotarem programas de respeito ao meio ambiente.

Fundamentação

No artigo 53, inciso III e V, da Constituição Estadual, verificamos que a competência para legislar programas a serem desenvolvidos pelo Governo é também da Assembléia Legislativa.

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, (...), dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:

V - Planos e programas estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento.

Bem como a Constituição Federal no que diz a respeito à isenção de tributos:

Art. 150. (...)

§ 6º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativas a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal.

Portanto, verificamos que o projeto em questão encontra-se constitucional, sendo iniciado por um Parlamentar e necessitando de regulamentação por parte do Poder Executivo.

A partir da aprovação da lei, o estado poderá permitir a dedução de impostos estaduais dos valores despendidos a título de desenvolvimento ou patrocínio de programas ambientais diretamente relacionados à mudança de comportamento de empresas e dos clientes quando o incentivo da utilização das embalagens biodegradáveis ou reutilizáveis.

A dedução do imposto será feita pelo Poder Executivo, através de emenda constitucional se for imunidade tributária ou através de lei, se estiver tratando de isenção fiscal, conforme ensina Alexandre de Moraes, "A criação de imunidade tributária é matéria típica do texto constitucional, enquanto a isenção fiscal é versada na lei ordinária".

Conclusão

Diante do ora analisado, verificou-se que o presente encontra-se em conformidades com os ditames legais, motivo pelo qual votamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 08.05.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO,
TURISMO E MERCOSUL AO
PROJETO DE LEI 134/07 E Nº 196/07

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 134/07 de autoria do Deputado Caíto Quintana e o Projeto de Lei nº 196/07 de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que tornam obrigatório a utilização de material biodegradável ou reutilizável para embalagens de produtos em supermercados, congêneres e comércio em geral.

Após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, esta Comissão é chamada a se manifestar com relação ao mérito da matéria.

O presente projeto de lei é meritório, pois os materiais plásticos levam muito tempo para se decomporem na natureza.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.11.07.

(aa) EDGAR BUENO - Presidente
TERUO KATO - Relator

Requerimentos

A SRA. PRESIDENTE (**Luciana Rafagnin**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 3371, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3372, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3378, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **À Comissão de Ecologia e Meio Ambiente.**

Requerimento nº 3385, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3379, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3386 e 3387, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3388, de autoria do Deputado Plauto Miró, constante do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem)

Para discutir, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Luciana Rafagnin)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 3389, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3390, 3391 e 3392, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Aprovados.**

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Para encaminhar Sra. Presidente.

(Assentimento)

Esses requerimentos que estou pedindo, Deputado Romanelli, estou requerendo alguns documentos para buscar informações de todo aquele problema lá em Ponta Grossa, do IAP. Inclusive, estou reiterando aqui o pedido a respeito de um procedimento que foi feito antes da Dra. Elma ter assumido o IAP, em Ponta Grossa. Estou requerendo as cópias das auditorias que foram feitas antes da Dra. Elma e que esta Casa já aprovou e foi desrespeitada, não recebeu as informações.

Disse ontem aqui na tribuna que iria fazer esses requerimentos hoje, durante o meu pronunciamento, pedindo informações sobre todo o procedimento no IAP em Ponta Grossa, porque quero ajudar a elucidar o que aconteceu em Ponta Grossa. Não é só um lado que deve investigar - e nós, como somos guardiões da lei e da fiscalização - quero apenas os documentos para examiná-los, não estou acusando ninguém.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sra. Presidente, só para poder dizer o seguinte: hoje mesmo nós aprovamos aqui um requerimento do Deputado Marcelo Rangel que pede cópia do inquérito policial e das degravações. Encaminhei pela aprovação no senti-

mento que o Parlamentar pode pedir. Sabemos que inquérito policial no nosso país tem um modelo inquisitório - o Delegado fornece ou não, de acordo com a decisão pessoal dele. Infelizmente essa é a nossa legislação.

Agora, o que envolve, de fato, a questão dessa senhora que era chefe do IAP da regional de Ponta Grossa, é um tema que de fato é merecedor de esclarecimento mesmo, porque esta senhora, sempre tive a impressão de ser uma pessoa extremamente correta, honesta e defensora implacável do meio ambiente. Esta a impressão que eu tinha. Esta era a visibilidade que ela dava.

Agora, no momento em que ela está presa, continua presa, primeiro com prisão temporária, depois com prisão preventiva. O fato é muito grave se considerarmos que há uma multidão de indícios, porque se ela for inocente, veja, que coisa terrível uma pessoa ficar presa, inocente, acusada, ela que foi sempre uma defensora do meio ambiente.

Agora, de fato, o tema tem que ser esclarecido, porque se ela for inocente, é muito cruel a pessoa ficar presa. Claro, se cometeu um ilícito ela tem que ser punida como qualquer pessoa. Agora, que é um tema que me parece que tem que ser esclarecido, tem que ser esclarecido mesmo, Deputado Jocelito.

Então, nós encaminhamos favoravelmente.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Só quero destacar que não estou repetindo nenhum requerimento.

Ontem, da tribuna, levantei e disse que iria protocolar os requerimentos hoje - os requerimentos que estão aí, que são requerimentos para fazer o levantamento de tudo aquilo que acho necessário para investigação.

É só pegar o horário que começou a Sessão e vai se perceber que no momento que falei, já tinha citado dos documentos que iria fazer. Só para ninguém se aproveitar daquilo que eu iria refazer no dia de hoje.

A SRA. PRESIDENTE (Luciana Rafagnin)

Em votação os requerimentos. **Aprovados.**

Requerimento nº 3377, de autoria do Deputado Felipe Lucas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3393 e 3394, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 19, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 192, 215 e 604/07.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 134/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 424, 700, 745, 783/07.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 079/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:**Atas de Comissão****Constituição e Justiça**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Artagão Júnior, Caíto Quintana, Carlos Simões, Duílio Genari, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Marcelo Rangel, Nereu Moura, Professor Luizão, Reni Pereira, Valdir Rossoni, Waldyr Pugliesi, Dr. Batista, Edson Strapasson e Luiz Nishimori. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação. - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Carlos Simões. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 435/07 de autoria do Deputado Professor Luizão. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 508/07 de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida - Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões, na forma de emenda anexa - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 600/07 de autoria do Deputado Jocelito Canto - Parecer CONTRÁRIO do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 624/07 de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli - Parecer FAVORÁVEL do Deputado Professor Luizão - APROVADO. O Sr. Deputado Valdir Rossoni apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 708/07. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 708/07 de autoria do Poder Executivo - Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni, na forma de emenda modificativa anexa - APROVADO. O Sr. Deputado Nereu Moura

apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 727/07. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 727/07 de autoria do Poder Executivo - Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 728/07 de autoria do Poder Executivo - Parecer FAVORÁVEL do Deputado Professor Luizão - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 629/07 de autoria do Poder Executivo - Parecer FAVORÁVEL do Deputado Douglas Fabrício, lido pelo Deputado Marcelo Rangel - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 630/07 de autoria do Deputado Antonio Belinati - Parecer CONTRÁRIO do Deputado Francisco Bühner, lido pelo Deputado Carlos Simões - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 631/07 de autoria do Deputado Professor Luizão. Os Srs. Deputados Carlos Simões e Professor Luizão SOLICITAM VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 11) Projeto de Lei nº 632/07 de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 654/07 de autoria do Deputado Luiz Nishimori. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 656/07 de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli - Parecer FAVORÁVEL do Deputado Douglas Fabrício, lido pelo Deputado Marcelo Rangel - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 657/07 de autoria do Deputado Antonio Belinati. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 652/07 de autoria do Deputado Luiz Accorsi - Parecer FAVORÁVEL do Deputado Douglas Fabrício, lido pelo Deputado Marcelo Rangel - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 658/07 de autoria dos Deputados Pastor Edson Praczyk e Rosane Ferreira. O Sr. Deputado Caíto Quintana, Relator, REQUER a conversão da matéria em DILIGÊNCIA junto à Secretária de Estado do Meio Ambiente e à SANEPAR - DEFERIDO pelo Presidente; 17) Projeto de Lei nº 659/07 de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida - Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 667/07 de autoria do Deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões na forma de emenda anexa - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 674/07 de autoria do Deputado Ney Leprevost. O Sr. Deputado Nereu Moura SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 20) Projeto de Lei 514/07 de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Douglas Fabrício, lido pelo Deputado Marcelo Rangel - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 677/07 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Professor Luizão, com voto CONTRÁRIO dos Deputados Duílio Genari, Marcelo Rangel e Valdir Rossoni - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 618/07 de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida. Parecer do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 662/07 de autoria do Deputado Douglas Fabrício. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 736/07 de

autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO. Nada mais havendo a tratar e, para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e Secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete, reuniu-se na Sala das Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Artagão Júnior, Caíto Quintana, Carlos Simões, Duílio Genari, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Mauro Moraes, Nereu Moura, Pastor Edson Praczyk, Professor Luizão, Reni Pereira, Valdir Rossoni e Augustinho Zucchi. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Carlos Simões. Passou-se à Ordem do Dia: O Sr. Deputado Reni Pereira apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 716/07. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 01) Projeto de Lei nº 716/07 de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 576/07 de autoria do Deputado Luiz Nishimori. Parecer do Deputado Caíto Quintana pela devolução da matéria ao autor - DEFERIDO; 03) Projeto de Lei nº 586/07 de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 603/07 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 631/07 de autoria do Deputado Professor Luizão. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 671/07 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior, na forma de emenda anexa, lido pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 680/07 de autoria do Deputado Antonio Anibelli. O Sr. Deputado Caíto Quintana SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 08) Projeto de Lei nº 686/07 de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühner, lido pelo Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 691/07 de autoria do Deputado Alexandre Curi. O Sr. Deputado Reni Pereira REQUER a retirada de pauta do presente projeto de lei -

APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 694/07 de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 697/07 de autoria do Deputado Douglas Fabrício. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 703/07 de autoria da Bancada da Oposição. O Sr. Deputado Nereu Moura SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 13) Projeto de Lei nº 714/07 de autoria do Deputado Nereu Moura. O Sr. Deputado Valdir Rossoni SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 14) Projeto de Lei nº 715/07 de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühner, lido pelo Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 717/07 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Reni Pereira - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 720/07 de autoria do Deputado Antonio Belinati. O Sr. Deputado Artagão Júnior, Relator, REQUER a conversão da matéria em DILIGÊNCIA junto à Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Promoção Social - DEFERIDO pelo Presidente; 17) Projeto de Lei nº 730/07 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. O Sr. Deputado Professor Luizão, Relator, REQUER a conversão da matéria em DILIGÊNCIA junto à Secretaria de Estado da Educação - DEFERIDO pelo Presidente. Os Srs. Deputados Artagão Júnior e Caíto Quintana SOLICITAM VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 18) Projeto de Resolução nº 024/07 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 19) Proposição Veto Parcial nº 094/07 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 20) Proposição Veto nº 101/07 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 21) Proposição Veto nº 104/07 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do Deputado Reni Pereira, lido pelo Deputado Nereu Moura - APROVADO; 22) Proposição Veto nº 105/07 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 23) Proposição Veto nº 106/07 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 24) Proposição Veto nº 107/07 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do Deputado Francisco Bühner, lido pelo Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 518/07 de autoria do Deputado Stephanes Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 738/07 de autoria do Deputado Dr. Batista. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 27) Projeto de Lei nº 740/07 de autoria do Deputado Mauro Moraes. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APRO-

VADO; 28) Projeto de Lei nº 741/07 de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 29) Projeto de Lei nº 743/07 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. O Sr. Deputado Caíto Quintana SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente; 30) Projeto de Lei nº 744/07 de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 31) Projeto de Lei nº 746/07 de autoria do Deputado Ademar Traiano. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 32) Projeto de Lei nº 753/07 de autoria do Deputado Mamede. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Artagão Júnior, lido pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli - APROVADO; 33) Proposição Veto nº 109/07 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do Deputado Nereu Moura - APROVADO; 34) Proposição Veto nº 111/07 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e Secretária desta comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Carlos Simões, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Edson Strapasson, Luiz Claudio Romanelli,

Luiz Fernandes Litro, Mauro Moraes, Nereu Moura, Pastor Edson Praczyk, Professor Luizão, Reni Pereira, Waldyr Pugliesi, Beti Pavin e Ribas Carli Filho. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião ordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Carlos Simões. Passou-se à Ordem do Dia: O Sr. Deputado Reni Pereira apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 203/07. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 01) Projeto de Lei nº 203/07 de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk. Parecer do Deputado Douglas Fabrício FAVORÁVEL à emenda de Plenário - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 604/07 de autoria do Poder Executivo. Parecer do Deputado Reni Pereira FAVORÁVEL à emenda de Plenário - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 676/07 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Mauro Moraes - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 682/07 de autoria do Deputado Marcelo Rangel. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Mauro Moraes - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 721/07 de autoria do Deputado Luiz Nishimori. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Mauro Moraes - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 767/07 de autoria do Deputado Cleiton Kielse. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Mauro Moraes - APROVADO; 07) Proposição Veto nº 110/07 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do Deputado Douglas Fabrício - APROVADO; 08) Proposição Veto nº 113/07 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário do Deputado Mauro Moraes - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e Secretária desta comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
Ana Andretta - Secretária

